

## **Desinformação e violência contra jornalistas como violências contra a comunicação: análise de casos entre 2021 e 2022 no Brasil e em São Paulo<sup>1</sup>**

Larissa GOULD<sup>2</sup>

Vitor BLOTTA<sup>3</sup>

Universidade de São Paulo, SP

### **Resumo**

No presente artigo propomos analisar dados recentes de agressões contra jornalistas, dentro e fora das mídias digitais, e discutir em que medida elas podem ser vistas como a face mais evidente do fenômeno mais amplo da desinformação como violência contra a comunicação. Iniciamos com uma breve reflexão sobre desinformação e como ela incorre na violação de princípios, direitos e profissões da comunicação. Em seguida analisamos quantitativa e qualitativamente Relatórios de 2018 a 2021 de Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil da Fenaj, além de denúncias de violências apuradas pelo Sindicato dos Jornalistas do São Paulo entre junho de 2021 e junho de 2022. Os resultados indicam que a desinformação não é a única causa, mas revela as dimensões estruturais dessa violência, o que exige políticas públicas de monitoramento, defesa e promoção da comunicação social.

**Palavras-chave:** Desinformação, comunicação, violência contra jornalistas, bolsonarismo, violência física e virtual.

### **Introdução**

O aumento das violências contra jornalistas e comunicadores nos últimos quatro anos é uma das faces mais visíveis do fenômeno da desinformação, este visto não somente enquanto casos singulares de mensagens sabidamente falsas e disseminadas com intuito gerar dano ou ganho econômico (Wardle e Derakhshan, 2017), mas como um processo de “desordem informacional” que vem tomando os espaços de informação e comunicação social nos últimos anos e dificultando, senão impedindo, ou tornando severamente arriscado o trabalho de jornalistas, comunicadores e outros profissionais da informação e da comunicação.

Do mesmo modo que em casos de violência contra jornalistas há também violações múltiplas de direitos individuais, profissionais e comunicacionais (Blotta, 2016), a desinformação também viola princípios e direitos básicos da comunicação de interesse público, como os deveres do Estado, de setores imprensa e da comunicação social de fornecer informação

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídia e Liberdade de Expressão, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências da Comunicação pela PPGCOM-ECA/USP. Especialista em Informação, Mídia e Cultura pelo CELACC-ECA/USP e jornalista graduada pela FAPCOM.

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP. Coordenador do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Direito e Liberdade (ECA/IEA-USP).

confiável, verificável e obtida corretamente, o direito à informação dos públicos e os direitos à manifestação do pensamento, de crítica e de exigência de transparência do poder. Com isso, podemos entender a desinformação como um processo sistêmico de violência contra a própria comunicação de interesse público, e cuja face mais evidente e cruel é o aumento da violência física e virtual contra jornalistas.

Ao atingir diretamente os profissionais da comunicação, a violência da desinformação sobre a comunicação também alimenta a descrença e desconfiança nas instituições de mediação política, e portanto, responsáveis pela garantia de informação e de comunicação públicas, como a Imprensa, o Estado e também a Ciência. Não é à toa que tanto a desinformação quanto a desconfiança nessas instituições e as violências contra jornalistas vem aumentando no mundo todo. Segundo a Freedom House, 2021 é o 16o ano seguido com declínio global nos índices de liberdade, o que inclui liberdade de imprensa e expressão, e para a Repórteres Sem Fronteiras, a América Latina é a região que mais retrocedeu nos indicadores de liberdade de imprensa, sendo que o Brasil caiu duas posições entre 2018 e 2019, e quatro posições entre 2020 e 2021 (foi de 95 a 111 no ranking com 180 países monitorados).

Esse cenário de múltiplas violências contra jornalistas e outros profissionais da comunicação que vem se acentuando nos últimos quatro anos, coincide com o aumento da desinformação nos fluxos de informação e comunicação, com a precarização e a redução de espaços para trabalho e também com a presença de governos de extrema direita, no Brasil e no mundo.<sup>4</sup>

Para enfrentar essa face mais visível do problema, iniciativas foram lançadas mundo afora. No Brasil esse trabalho tem sido feito por entidades coletivas ligadas à imprensa, como sindicatos de jornalistas, associações como a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a Federação Nacional dos Jornalistas, (FENAJ), o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), e organizações de monitoramento, promoção e defesa, como a Artigo 19 e o Instituto Vladimir Herzog.

Nosso esforço neste estudo é analisar, com base nessa chave interpretativa da desinformação como violência contra a comunicação, dados sobre violência contra jornalistas de 2022 produzidos pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, e de 2021 pela FENAJ. Para subsidiar a análise, foram feitas também três entrevistas, com as jornalistas

---

<sup>4</sup> A pesquisa Perfil do Jornalista 2021, organizada por pesquisadores da UFSC, demonstra que a crise da indústria da informação, com o fechamento de milhares de jornais em função da perda de recursos de publicidade para as big techs, resultou em demissões em massa de jornalistas e na precarização de relações trabalhistas. A pesquisa indica, via a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que os empregados formais de cargos como jornalista, editor, repórte, entre outros, retraiu 14% entre 2013 e 2016, com a perda de 6.749 postos formais de trabalho. V. (Mick, Nicolletti e Lima, coords, 2022. p. 20).

Ana Carolina Haddad, editora de redes sociais do Brasil de Fato, Solange Santana, freelancer e diretora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, e Leandro Matozo, repórter cinematográfico da GloboNews.<sup>5</sup>

## 1. Violência contra jornalistas no Brasil e em São Paulo: monitoramentos, resistências e relatos

Em abril de 2022 o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) lançou o “Pacto pelo fim da violência contra jornalistas e em defesa da liberdade de imprensa”. Até 15 de junho o documento já era assinado por mais 40 pré-candidatos às eleições proporcionais no Estado e por Márcio França (PSB), pré-candidato ao governo. A motivação do documento foi o aumento dos números de agressões aos profissionais e uma preocupação: o período eleitoral que está por vir e suas consequências para a categoria.

A inquietação não é infundada. De acordo com os Relatórios de Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), desde 2018 essas violências aumentaram exponencialmente: enquanto em 2018 houve um aumento de 36,36% em relação a 2017 (de 99 para 135 ocorrências), em 2019 esse percentual aumentou de 54,07% (208 casos), tendo em 2020 um aumento de 105,77% (428 casos). Em 2021 houve 430 ocorrências registradas, um recorde desde o início da série histórica relatada pela Fenaj em 1990. As categorias de violência contra jornalistas e a imprensa têm uma certa variação ao longo dos anos, o que demonstra sua diversificação. Podemos identificar esse aumento exponencial e diversificação em detalhes nos últimos quatro anos a partir da tabela abaixo.

<b>Violências</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Agressões físicas	33	15	32	26
Ameaças/intimidações	28	28	34	33
Agressões verbais*	27	20	76	58
Impedimentos ao exercício profissional	19	10	14	7
Cerceamento por meios judiciais	10	5	16	15
Censuras	10	10	85	140
Violência contra organização sindical	3	2	6	8
Atentados	3	-	1	4
Prisões/detenções	1	-	-	-
Assassinatos	1	2	2	1
Descredibilização da imprensa	-	114	152	131
Injúrias raciais/racismo	-	2	2	1
Ataques cibernéticos	-	2	6	4
Sequestro/cárcere privado	-	-	2	-
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>208</b>	<b>428</b>	<b>430</b>

Fonte: Relatórios de Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa da Fenaj

<sup>5</sup> A íntegra das entrevistas pode ser acessada [neste link](#).

\* Categoria renomeada para agressões verbais/ataques virtuais em 2020 e 2021.

A criação da categoria “descrédibilização da imprensa” é reflexo de um ataque mais geral, institucional e sistemático contra o jornalismo profissional promovido por Jair Bolsonaro ou por membros de seu governo e apoiadores. Além disso, enquanto entre 2000-2010 os dados dos relatórios da Fenaj indicavam policiais como os maiores agressores (Astolfi e Souza, 2012), hoje são claramente os políticos. O relatório de 2021 da Fenaj atesta: “A continuidade das violações à liberdade de imprensa no Brasil está claramente associada à ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República.” Não é para menos, Bolsonaro foi o maior agressor de profissionais da imprensa do período. Só em 2021 foi responsável por 147 casos (34,19% do total), sendo 129 episódios de descrédibilização da imprensa (98,47%) e 18 de agressões verbais a jornalistas.

Tal comportamento levou Jair Bolsonaro a ser condenado em ação civil pública proposta pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo por dano moral coletivo à categoria dos jornalistas. A decisão<sup>6</sup> proferida pela juíza Tamara Hochgreb Matos, da 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, foi publicada no dia 7 de junho de 2022, Dia Nacional da Liberdade de imprensa. A condenação prevê o pagamento de multa de R\$100 mil, que serão revertidos ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos. A condenação é um claro sinal de que as violências de Bolsonaro contra jornalistas são também violações contra a moralidade coletiva, isto é, a dignidade própria dos espaços sociais e de cidadania formados em torno da comunicação de interesse público.<sup>7</sup>

### **Agressões virtuais e nas ruas intensificadas por governos e desinformação**

O aumento e diversificação das violências contra jornalistas está também ligado à expansão de violências digitais. O estudo “O impacto da desinformação e da violência política na internet contra jornalistas, comunicadoras e lgbt+” (Leão, 2022), realizado pelas organizações Repórteres Sem Fronteiras e Gênero e Número, e que coletou dados de 237 jornalistas brasileiras entre agosto e setembro de 2021, com 84% da mostra de mulheres brancas cisgênero, revela que 50% já sofreu violência online, que 63,8% receberam outros ataques relacionados, e que as ofensas se direcionam à sua pessoa, ao seu trabalho e à sua família.

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.sjsp.org.br/system/uploads/ck/files/Senten%C3%A7a.pdf> (último acesso 19 de julho de 2022).

<sup>7</sup> Na decisão (lauda 11), a juíza cita a obra “Dano Moral Coletivo”, de Medeiros Neto (LTr, 2007, p. 136) para afirmar que se trata de uma ofensa objetiva, pois é uma “lesão intolerável a direitos transindividuais titularizados por uma determinada coletividade, desvinculando-se, pois, a sua configuração da obrigatória presença e constatação de qualquer elemento referido a efeitos negativos, próprios da esfera da subjetividade, que venham a ser eventualmente apreendidos no plano coletivo (sentimento de desapareço; diminuição da estima; sensação de desvalor, de repulsa, de inferioridade, de menosprezo)”.

Destas, 15% relataram ter desenvolvido algum tipo de problema de saúde mental em decorrência dos ataques sofridos. Outro dado relevante é que das pessoas que sofreram essas violências 19,4% têm conotação misógena ou sexual.

Em relação à desinformação, vista pelo estudo como “disseminação de informações falsas, incorretas ou descontextualizadas para a população”, a percepção de 85,6% das jornalistas entrevistadas é de que a naturalização de ataques aos profissionais da imprensa é decorrente desse fenômeno. Além disso, 58,9% concorda totalmente com a afirmação de que “a desinformação tem causado uma perda de confiança na imprensa por parte da sociedade”.

O relatório da Fenaj já citado também identifica um crescimento de 280% agressões verbais/ataques virtuais em 2020 em comparação com o ano anterior. Na apresentação do relatório de 2021, Maria José Braga, presidenta da Fenaj assevera que "identificou-se 76 casos e, apesar do aumento expressivo, provavelmente muitos não foram registrados, já que nem todos os profissionais denunciam a agressão de que foram vítimas, especialmente quando se tratam de ataques virtuais”. Em 2021 os casos registrados dessa categoria caíram, mas as dificuldades de monitoramento e a gradual “naturalização” dessas violências nos leva a crer que o fenômeno só faz crescer.

É o caso de Ana Carolina Haddad, editora de redes sociais no Jornal Brasil de Fato, entrevistada para este artigo. Ela nunca denunciou à entidade os ataques sofridos, no entanto, admite que prefere evitar ler os comentários. “É bem difícil. As pessoas saem do mérito profissional e partem para o pessoal. Por eu dar uma notícia que elas não concordam, não uma opinião, uma notícia, elas questionam minha capacidade profissional e até minha aparência”.

Por iniciativa do veículo em que trabalha, os comentários de caráter misógino ou de conteúdo de ódio são por padrão deletados das postagens de suas redes sociais. A jornalista relata que, apesar de sempre denunciar às plataformas, “nunca dá em nada”. De qualquer modo isso não a poupa dos danos sofridos: “por isso fechei todas as minhas redes sociais pessoais e profissionais e sou mais cautelosa com o que eu posto”. Para ela os danos são ainda maiores. “Essa violência acaba virando até um tipo de censura, pois você fica com medo de postar qualquer coisa. Eu me sinto censurada por isso”. Não é para menos, em junho de 2021 Ana sofreu uma agressão física: foi empurrada por uma manifestante bolsonarista ao cobrir um protesto em Campinas, interior de São Paulo.

Outro caso que destacamos das entrevistas para este artigo é o de Solange Santana. É jornalista freelancer e atualmente dirigente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no

Estado de São Paulo. Como secretária de interior é responsável por acompanhar os profissionais que não atuam na grande São Paulo e em 30 de abril de 2022. Em uma atividade preparatória do 1º de maio em Santos, foi empurrada por um apoiador de Bolsonaro. Ela trajava uma camiseta do Sindicato. A jornalista caiu na rua e os ferimentos com sangue viralizaram nas redes naquele dia (v. imagem 1 abaixo). Solange relata que antes de ser agredida na rua sofreu diversas agressões nas redes e também verbais, no entanto, nunca tomou nenhuma providência até então. A falta de estrutura financeira para judicializar todos os ataques virtuais é a razão apresentada por ela. Após a agressão física, no entanto, abriu um Boletim de Ocorrência e o caso agora é acompanhado pelo setor jurídico do Sindicato.

Para Santana, o ambiente de trabalho se tornou mais hostil por causa das mídias sociais “até porque boa parte do ambiente de trabalho está dentro da rede hoje em dia. A rede no meio jornalístico é fundamental”. Além disso, a dirigente acredita que o aumento dos casos de violência nas redes e nas ruas está ligada à sua “institucionalização” pelo presidente da república: “Eu acho que a violência está institucionalizada a partir do momento que o presidente da república, que é um chefe maior do Estado, agride jornalistas e a atividade jornalística”.



Imagem 1. Foto: Divulgação/SJSP

Outro entrevistado, o repórter cinematográfico da Globonews, Leandro Matozo, também teve seu caso viralizado nas mídias sociais após ser covardemente agredido enquanto cobria a passagem do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida, no interior de São Paulo, em 12 de outubro de 2021. Matozo estava acompanhado do repórter

Victor Ferreira. Os trabalhadores se preparavam para fazer um link ao vivo para a emissora quando foram abordados pelo agressor. O agressor, Gustavo Milsoni - professor da rede estadual - insultou a equipe e os ameaçou, dizendo: “se eu pudesse eu matava vocês”. Em seguida, Milsoni deu uma cabeçada no nariz de Matozo, que resultou em um sangramento (Imagem 2). Toda a ação ocorreu diante de policiais militares que faziam a segurança do evento.

Matozo relatou que já havia sofrido ofensas nas redes e nas ruas antes, mas nada próximo da violência sofrida naquele dia. O repórter relata já ter sofrido diversas agressões verbais enquanto exercia o seu trabalho: “o pessoal xinga a emissora e xinga a equipe, principalmente em época de eleições. O clima fica bem tenso”. Ele diz nunca denunciou essas violências, que preferia não retrucar, e se a situação fosse muito hostil, decidia “abaixar a câmera e parar de filmar”. Para ele, as redes sociais são boas e ruins, por terem “dado voz a todo mundo”, inclusive para aqueles que as usam para “ofender e insultar os outros”. Ele sente que sim, o aumento da violência virtual corroborou para o aumento da violência nas ruas: “elas se identificam. A partir do momento que alguém tem um canal de vídeo e emite uma opinião e outras pessoas hostis se identificam com essa opinião, vai criando uma bolha gigantesca. E o resultado a gente vê na rua: aquele discurso de ódio que está atrás da tela passa a acontecer no dia a dia”.

Matozo também credita esse aumento da violência nas redes e nas ruas ao atual governo: “acontece por causa de alguém que influencia um grande número de pessoas. A gente está vivendo em um governo que é hostil. A gente tem um presidente que insulta tudo e todos que se posicionam contra ele. Ele declara inimigos, que é o que o fascismo faz. Quem é diferente é inimigo. E esse discurso se reflete para toda uma cadeia de pessoas”



Imagem 2. Foto: reprodução redes sociais.

Voltando ao Relatório de 2021 da Fenaj, dos 58 casos de agressões verbais/ataques virtuais relatados entre as páginas 19 e 27, 26 ocorreram em ambiente virtual, sendo que pelo menos duas vítimas precisaram bloquear suas redes sociais em função dos ataques. Pelo menos para duas jornalistas os ataques foram recorrentes e mais de 85% das agressões foram feitas por Jair Bolsonaro (28,6%) ou seus apoiadores (57,1%). Embora o Relatório traga um percentual de violência sofrida majoritariamente por homens (55,89%), no caso das agressões no meio digital, as mulheres são as maiores vítimas (60,7%). Os ataques, em sua maioria, se devem por conflitos entre ideologias políticas, e entre os ataques virtuais levantados pelo relatório, 10,7% foram caracterizados como misóginos. Além disso, essas violências atravessam os espaços profissionais. Dos 58 ataques denunciados à Fenaj, 53% ocorreram nas próprias redes sociais dos jornalistas, podendo ser nos perfis sociais, inbox ou mensageiros, e 71,4% ocorreram em redes de terceiros. Houve também uma ameaça de morte registrada e uma ameaça de agressão física. Mais de 60% dos casos ocorreram com profissionais trabalhadores dos chamados veículos da grande imprensa.<sup>8</sup>

Quando analisamos as violências contra jornalistas denunciadas entre junho de 2021 e junho de 2022 ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (SJSP), identificamos que ela reproduzem de certa maneira os relatórios da Fenaj. Nesse período, o SJSP recebeu no período 30 denúncias. Destas, somente 4 foram relatadas diretamente como “ataques virtuais”, sendo que três delas ocorreram junto a ameaças, ataques verbais e até uma tentativa de invasão de domicílio. Ao todo foram 25 casos de violência física, 22 de violência verbal (6 deles sendo de violência verbal e física), 12 ameaças/intimidações, um caso de cerceamento à liberdade de imprensa por ações judiciais, um caso de censura, um caso de descredibilização da imprensa, quatro impedimentos ao exercício profissional e um de violência contra a organização dos trabalhadores/sindical. Quanto à localização, 16 casos foram na capital, principalmente concentrados em dois dias de manifestações nas ruas, e 14 no interior.<sup>9</sup>

Chama a atenção o alto índice de agressões verbais (73,3%) e físicas (36,7%), com sobreposições em alguns casos, além de reflexos de violência digital. A recorrência de violências em coberturas de atos ligados ao presidente da república, por ele próprio, membros do governo ou apoiadores, é também marcante nesses relatos, o que indica que há uma

---

<sup>8</sup> Para uma visualização detalhada dos dados sobre os casos de agressão verbal/ataque virtual do Relatório da Fenaj, ver [neste link](#) gráficos originais produzidos por Larissa Gould.

<sup>9</sup> Acessar [este link](#) para uma listagem completa desses casos, seguida de gráficos divididos por tipos de agressão e local.



conexão grande entre violência contra jornalistas e violência política, aqui entendida de forma ampla como violência motivada por disputas relacionadas a questões de interesse público, a exemplo dos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips em 05 de junho de 2022.

## **2. O papel das plataformas no combate à desinformação e à violência contra jornalistas**

Quando pensamos em relações das violências contra jornalistas e o fenômeno da desinformação, não podemos esquecer do papel desempenhado pelas plataformas digitais nessas relações. Afinal, as plataformas combatem, incentivam ou são negligentes com a desinformação, e conseqüentemente, com as violências contra jornalistas e à imprensa? A relevância dessas empresas de tecnologia digital no atual fluxo global de informações já enterrou o debate sobre serem meros condutores de mensagens ou responsáveis pelos conteúdos de terceiros que trafegam em seus espaços. Sua responsabilidade é proporcional ao seu poder de mídia, isto é, ao alcance e visibilidade de suas mídias e aplicações.

A plataforma mais mencionada nos relatos de violência contra jornalistas é o Facebook, atualmente denominada Meta. De acordo com seu último relatório trimestral, referente ao primeiro trimestre de 2022<sup>10</sup>, relatório do Facebook<sup>11</sup> sobre a aplicação de seus Padrões de Comunidade, publicado em agosto de 2021, a remoção de conteúdos por discurso de ódio cresceu 40%, em comparação ao segundo trimestre de 2020: 31,5 milhões de postagens foram removidas entre abril e junho. O Instagram, outro braço da empresa, cresceu 206% na remoção destes conteúdos: 9,8 milhões de itens removidos no segundo trimestre de 2021, 6,8 milhões a mais que no mesmo período de 2020. Outro índice relevante para o combate à desinformação, a derrubada de contas falsas - segundo a Meta, aquelas com intuito de violar suas políticas e causar dano ou ganho econômico -, teve queda de 1,7 para 1,6 bilhão entre o último trimestre de 2021 e o primeiro de 2022. Suas explicações são de que as flutuações desses índices estão ligadas às condições “altamente adversas desse espaço”, e que 100% dessas remoções são automatizadas. Para além disso, o que se consegue obter do relatório são tabelas pouco informativas, somente com listas de casos de cada uma das categorias de mensagens e ações monitoradas.

O que sabemos por outras fontes, no entanto, como os Facebook papers, revelados por Francis Haugen, que recentemente visitou o Brasil para colaborar com discussões sobre o PL

---

<sup>10</sup> Ver <https://transparency.fb.com/data/community-standards-enforcement/> (acesso 19 de julho de 2022).

<sup>11</sup> Disponível em <http://glo.bo/3QwByof>

2630/20 (das Fake News), há muitos vieses nessa combate à desinformação e aos discursos de ódio, como menor acompanhamento de países de língua não inglesa, e pouco investimento em funcionários humanos para realizar esse monitoramento, o que seria fundamental para diminuir esses vieses.

Do mesmo modo, entidades como o Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação (FNDC), que reúne mais de 500 organizações em todo o Brasil, acreditam que o trabalho das plataformas está muito aquém do necessário para reverter esse quadro de crescente violência nas redes. Para o FNDC, a lógica do monopólio, conhecida nas empresas de telecomunicação, estende-se às plataformas digitais, o que acaba por favorecer maior visibilidade aos discursos radicais, e consequentemente, de ódio, dado que mobilizam emoções, e com isso, mais “engajamento”. Para a entidade, o cenário midiático de concentração e a não regulação da Internet cria um ambiente propício para intolerância e desinformação.

A falta de transparência e critérios democráticos na moderação dos conteúdos dessas plataformas é um dos principais problemas que tornam esses espaços propícios à disseminação não apenas do discurso de ódio, mas também da desinformação. (BIANCHI, 2020).

Ex-coordenadora geral de entidade, membra do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, da Coalizão Direitos na Rede e doutoranda na PPGCOM-ECA/USP, Renata Mielli, denunciou no artigo “Big Techs espalham fake news para evitar regulação”, publicado em 21 de março de 2022, na fase final de debates e às vésperas da possível votação do PL 2630/2020 na Câmara dos Deputados, que o projeto sofria com ataques sob a forma de conteúdos de desinformação. Os propagadores? Facebook, Google e cia. “O que elas temem? O que as desagrada tanto?” indagou Mielle no artigo.

Em todos os países que enfrentaram essa agenda, as Big Techs usaram seu poder para tentar impedir que leis fossem aprovadas e aplicadas. Fizeram de tudo: campanhas baseadas em distorção de informações e dados, e até ameaças de deixar de ofertar seus serviços. Isso aconteceu na Austrália, na Espanha, na França e está acontecendo agora no Brasil. Em 3 de março, o Facebook veiculou propaganda em jornais de grande circulação nacional com o título: “O PL das Fake News deveria combater Fake News. E não a lanchonete do seu bairro”. No dia 11, foi a vez de o Google soltar uma nota dizendo que se aprovado, o PL vai modificar a internet como você conhece. No dia 14, o Google colocou na sua página inicial, um link para a nota, de forma que todos os usuários que fizeram uma busca neste dia entraram em contato com a visão alarmista da empresa sobre o projeto (MIELLI, 2022).

Esses fatos revelam uma atuação das plataformas para além espaços comunicativos de interesse público, e sim, de atores políticos altamente interessados. A questão de fundo é que, embora as plataformas tenham iniciativas para combater a desinformação e os discursos de ódio, a verdade é que o índice de envolvimento que essas mensagens geram nos públicos as tornam parte de um modelo de negócio muito lucrativo. Para o chamado capitalismo de plataforma, o populismo digital e suas consequências, tais como a disseminação de violência, conteúdo de ódio e desinformação são engrenagens necessárias para garantir seu lucro. Para Srnicek, no século XXI, o capitalismo tem foco em um bem específico: os dados. Esses “podem implicar conhecimento, mas não é uma condição necessária” (2018:41), já que não vêm prontos: precisam ser limpos e organizados para fazerem sentido, o que significa que o tratamento de dados requer infraestrutura para que seja realizado corretamente.

O que são plataformas? No nível mais geral, as plataformas são infraestruturas digitais que permitem a interação de dois ou mais grupos. Desta forma, eles se posicionam como intermediários que reúnem diferentes usuários: clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores, distribuidores e até objetos físicos. (SRNICEK, 2018:45)

Para Farkas e Should (2020), outros autores sobre o tema, populistas de extrema direita ao redor do mundo, como Donald Trump, usam as redes sociais como ecossistema favorável para que agentes sociais, militantes ou cidadãos comuns encontrem um ambiente propício para encontrar pares e disseminar suas ideias. Essa tese é reafirmada também por Krämer, que defende que a internet funciona, ao mesmo tempo, como estratégia e mensagem do populismo de direita contemporâneo: “a Internet pode contribuir para a formação de uma rede internacional de movimentos populistas de direita que se tornaram cada vez mais eficazes, e talvez também mais radicais e violentos.” (KRÄMER, 2020:14).

É sabido que o modelo de remuneração feito por Meta e Google é feito de acordo com o número de cliques, e que o conteúdo é direcionado nas mídias sociais aos usuários de acordo com o seus perfis e potencial de engajamento. É o que Bakir, V. & McStay explicam a partir da chamada “economia das emoções”:

Nós argumentamos que, no fundo, o problema das notícias falsas diz respeito à economia da emoção: especificamente, como as emoções são aproveitadas para gerar atenção e tempo de visualização, o que se converte em receita de publicidade. Destacamos ainda os incentivos econômicos e políticos para produzir notícias falsas automatizadas que reagem ao que chamamos de "sentimento de companheirismo" online, ou comportamento emocional de grupo nas redes sociais. (BAKIR, V. & MCSTAY, A. p. 1)

O mesmo pode se dizer da violência digital e institucional contra jornalistas e sua reverberação digital, que estão intimamente ligadas à atenção de potenciais eleitores.

### **Conclusões: raízes da violência digital contra jornalistas no Brasil e políticas públicas**

Apesar de hoje terem papel fundamental nesse estado de coisas, não está somente nas plataformas digitais toda a explicação para a desinformação e o aumento da violência aos profissionais de imprensa, no Brasil e no mundo. Embora a tecnologia e as lógicas de mercado que regem as plataformas de redes sociais impulsionem esse cenário, ele é intrínseco à nossa história e tende a se fortalecer à medida que as democracias se enfraquecem.

Não à toa a situação atual tem vínculo com um passado que continua atuante no presente. Em entrevista à rádio USP em dezembro de 2020, a professora Daniela Osvald Ramos, da ECA-USP e do Núcleo de Estudos da Violência da USP relata como a violência contra profissionais da imprensa é também uma herança da ditadura militar.

Durante os anos 80, 90 e 2000, continuaram a acontecer assassinatos e retaliações a jornalistas de cidades mais afastadas, que são independentes ou que não têm uma empresa por trás deles, com setores jurídicos, como nos grandes centros. Nas pequenas cidades, existe uma maior identificação de jornalistas que trabalham e denunciam abusos e logo sofrem retaliação, e isso está muito relacionado à cobertura da corrupção local ou da ocupação de terras, que são problemas históricos no país (RAMOS, 2020).

É nesse sentido que passamos a compreender que a atual escalada da violência contra jornalistas no Brasil, coetânea e associada ao fenômeno da desinformação, faz parte de um fenômeno mais estrutural, de diversas camadas, o que o teórico Galtung (1990) denomina 'violência cultural'. Ou seja, esse fenômeno guarda aspectos da cultura, da esfera simbólica, como a religião e ideologia, linguagem, das artes e das ciências, e que são mobilizadas e potencializadas via tecnologias sociais para justificar ou legitimar uma violência estrutural.

E quando estamos tratando de fenômenos de violência direta, mas que guardam dimensões estruturais, precisamos pensar em políticas públicas, seja de monitoramento, para avançar em pesquisas e levantamento de dados sobre violência contra jornalistas, dentro e fora das redes, e suas relações com a desinformação, bem como políticas de defesa e promoção da comunicação social como um todo e seus direitos, o que inclui os direitos individuais dos profissionais e dos cidadãos, bem como seus direitos transindividuais à informação e à comunicação de interesse público. Não somente entidades profissionais e não-governamentais precisam fazer esse trabalho, mas o próprio Estado é responsável pela

garantia da comunicação de interesse público, e nesse sentido, deveria pensar, como já o fez na área de proteção a defensores de direitos humanos, em programas de proteção e apoio a jornalistas e ao jornalismo de interesse público.

Talvez por os profissionais os encararem com uma incômoda normalidade, ou mesmo pela precarização de seus trabalhos e dos potenciais organizativos da área, poucos dos casos são denunciados ou levados a diante para as entidades de classe ou de direitos humanos. Estas precisam fazer pesquisas por conta própria que mostram que, mesmo em uma amostragem muito pequena, a realidade é assustadora.

As plataformas, por sua vez, seguem sendo uma caixa de pandora no que diz respeito a isso. Sem regulamentação, liberam as informações que lhes são convenientes e que não comprometem o seu modelo de negócio. “A internet virou um ambiente mais violento e as empresas não conseguem e não têm interesse em acompanhar”, disse Ana Carolina Haddad em entrevista para este artigo. Não poderia estar mais certa, já que essas empresas lucram e muito com esse modelo. Ao contrário, as plataformas deveriam realizar um monitoramento fino e alinhado com agências estatais e sociais responsáveis por enfrentar as violências contra jornalistas e contra a comunicação.

No texto “Responsabilidade Algorítmica, personalidade eletrônica e democracia” (2020) o sociólogo e professor da Universidade Federal do ABC (UFABC), Sérgio Amadeu, cita a urgência não só da regulamentação das plataformas, mas também de uma auditoria de seus algoritmos. Uma vez que cadeias de tomada de decisões dos algoritmos de grandes plataformas não podem ser auditáveis – talvez nem mesmo por elas próprias -, essas plataformas não poderiam ter contratos com o poder público ou prestar serviços de relevância pública. Para o professor, pior que a censura pública é a censura privada, porque com ela não é possível termos acesso às regras, é uma censura algoritma imposta pelas redes.

Sem que entendamos a violência contra jornalistas como parte de um fenômeno mais amplo da desinformação como violência estrutural contra a informação e a comunicação de interesse público, continuaremos a ver somente parte do problema, e não construiremos caminhos sólidos para enfrentá-lo.

### **Referências bibliográficas**

BAKIR, V. & MCSTAY, A. (2017). Fake news and the Economy of Emotions: problems, causes, solutions. *Digital Journalism*, 1-22, 2017.

BIANCHI, F. Lógica do monopólio se estende às plataformas digitais e turbina discurso de ódio. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), São Paulo, 14/10/2020. Disponível em: <https://bit.ly/3y3zvkm>. Acesso em 19 de junho.

BLOTTA, Vitor. Brasil: a mordida do ouroboro. Infoamérica: Iberoamerican Communication Review, 9-21, 2016.

RAMOS, D. Agressões a jornalistas fazem parte de quadro mais amplo de intolerância. [dez. 2020]. Entrevista a Bruno Militão. Rádio USP: São Paulo, 2020. Disponível em <https://bit.ly/3HzU7nD> (acesso: 19 de junho de 2022).

FARKAS, J.; SHOULD, J. (2020) Post-Truth, fake news and democracy - Mapping de politics of falsehoods. Routledge/Taylor & Francis Group, 2020.

GALTUNG, J. Cultural Violence. Journal of Peace Reserch. Vol. 27, No 3. Aug.,1990.

KRÄMER, B. (2017) Populist online practices: the function of the Internet in right-wing populism. Information. Communication & Society, 20 (9): 1293-1309, 2017.

LEÃO, N. O impacto da desinformação e da violência política na internet contra jornalistas, comunicadoras e lgbt+. Gênero e Número/Repórteres Sem Fronteiras. 2022. Disponível em: [https://rsf.org/sites/default/files/pesquisadesinformacaoogn\\_rsf\\_relatorio\\_final.pdf](https://rsf.org/sites/default/files/pesquisadesinformacaoogn_rsf_relatorio_final.pdf) (acesso: 19 de julho de 2022).

LIMA, S. Et. al. Perfil do Jornalista Brasileiro 2021. Características demográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quórum Comunicações, 2022. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf> (acesso: 19 de julho de 2022).

MIELLI, R. Big Techs espalham mentiras contra PL das Fake News e regulação de suas atividades. Rede Brasil Atual, São Paulo, 21/03/2022. Disponível em: <https://bit.ly/3y68Y6i> . Acesso em 19 de junho.

SILVEIRA, S. A. Responsabilidade Algorítmica, personalidade eletrônica e democracia. *Revista Eptic*. Vol. 22, Nº 2, Mai.-Ago, pp. 83-96, 2020.

SRNICEK, N. Capitalismo de plataformas. In: Capitalismo de plataformas. Caja Negra Editora, 2018.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. (2017). Information Disorder – Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe report. DGI09.